

21/10/2008

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 94.146-0 MATO GROSSO DO SUL

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
PACIENTE(S) : AURÉLIO ROCHA
PACIENTE(S) : NILTON FERNANDO ROCHA
PACIENTE(S) : NILTON ROCHA FILHO
IMPETRANTE(S) : JOSÉ ROBERTO BATOCHIO E
OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 58346
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*.
SÚMULA 691/STF. ESPECIALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIA (*RATIONE MATERIAE*). PROVIMENTO 275 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE POSTULADOS CONSTITUCIONAIS.

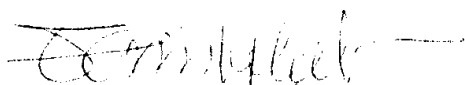
1. A Súmula 691, desta Corte, se fundamenta na impossibilidade de o STF, no julgamento de ação de sua competência originária, suprimir a instância imediatamente anterior.
2. O Provimento 275, de 11 de outubro de 2005, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, especializou a 3ª Vara Federal de Campo Grande/MS, atribuindo-lhe competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
3. Não há que se falar em violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, do juiz natural e da *perpetuatio jurisdictionis*, visto que a leitura interpretativa do art. 96, I, *a*, da Constituição Federal, admite que haja alteração da competência dos órgãos do Poder Judiciário por deliberação dos tribunais.
4. No caso ora examinado houve simples alteração promovida administrativamente, constitucionalmente admitida, visando a uma melhor prestação da tutela jurisdicional, de natureza especializada da 3ª Vara Federal de Campo Grande, por intermédio da edição do Provimento 275 do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região. Precedente.
5. *Habeas corpus* não conhecido.



HC 94.146 / MS**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, não conhecer do *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 21 de outubro de 2008.



Ellen Gracie

- Presidente e Relatora

21/10/2008

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 94.146-0 MATO GROSSO DO SUL

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
PACIENTE(S) : AURÉLIO ROCHA
PACIENTE(S) : NILTON FERNANDO ROCHA
PACIENTE(S) : NILTON ROCHA FILHO
IMPETRANTE(S) : JOSÉ ROBERTO BATOCHIO E
OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 58346
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato do Relator do HC 58.346 do Superior Tribunal de Justiça, Min. Nilson Naves, que negou seguimento ao *writ* em razão da competência da 3ª Vara Federal de Campo Grande da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, especializada para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (fls. 203-208).

Narra a inicial que os pacientes foram denunciados pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 1º, incisos I e II, da Lei 8.137/90, 288, 297, 299 e 304 do Código Penal, na forma do art. 69 do mesmo diploma legal e, ainda, no art. 1º, inciso VII, § 1º, inciso I, e § 2º, inciso II, da Lei 9.613/98 (fl. 04).

Noticia que o respectivo inquérito policial foi instaurado perante a Delegacia de Polícia Federal em Dourados/MS e, posteriormente, distribuído ao Juízo Federal daquela Subseção Judiciária. Informa que várias medidas incidentais foram deferidas por essa autoridade judicial - 1ª Vara Federal de Dourados/MS -, considerada, no seu entendimento, o “juiz natural da causa” (fl. 05).

Esclarece que o r. Juízo Federal daquela Subseção Judiciária declinou de sua competência para a 3ª Vara Federal de Campo Grande/MS por força do Provimento nº 275, de 11 de outubro de 2005, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, que resolveu

HC 94.146 / MS

especializar esta vara federal, atribuindo-lhe competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

Observa que a defesa dos ora pacientes impetrou o HC 2006.03.00.029749-5 perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, “*buscando a nulidade do feito em razão da absoluta incompetência do juízo da 3ª Vara Federal Criminal de Campo Grande para cognição e julgamento da causa*” (fl. 10). A ordem pleiteada foi denegada, à unanimidade de votos, pela Corte Federal.

Contra o aresto proferido pelo TRF da 3ª Região foi impetrado o mencionado *habeas corpus* (HC 58.346) junto ao Superior Tribunal de Justiça. Os autos foram distribuídos ao eminente Ministro Nilson Naves que, em 13.02.2008, negou seguimento ao *writ*.

Argumentam os impetrantes, em síntese: a) possibilidade de abrandamento da Súmula STF nº 691 (fls. 14-23); b) nulidade absoluta do processo criminal em razão da violação aos princípios do devido processo legal, do juiz natural e da *perpetuatio jurisdictionis* (fls. 23-40); e c) ilegalidade na modificação de competência jurisdicional pelo Provimento nº 275 do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

Requerem a concessão da ordem “*para o efeito de se nulificar todos os atos praticados pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Campo Grande/MS, manifestamente incompetente para a cognição da causa, como aqui se demonstrou, determinando-se a remessa dos autos, em retorno, à Vara Federal de Dourados, seu Juiz Natural*” (fl. 40).

2. Indeferido o requerimento de provimento liminar (fls. 296-303).

3. Manifestação da Procuradoria-Geral da República no sentido da denegação da ordem (fls. 315-323).

É o relatório.

HC 94.146 / MS

VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie - (Relatora): 1. Ressalto, inicialmente, que a Súmula 691, desta Corte, se fundamenta na impossibilidade de o STF, no julgamento de ação de sua competência originária, suprimir a instância imediatamente anterior.

Assim, há obstáculo ao conhecimento deste *writ* consistente na ausência de julgamento colegiado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, eis que o *habeas corpus* foi impetrado contra decisão monocrática do Relator do HC 58.346. Não há notícia nos autos acerca da interposição de agravo regimental, tampouco de seu julgamento, no âmbito do STJ.

Além disso, a relativização da orientação contida na Súmula 691 somente se justifica quando houver evidente ilegalidade ou abuso na decisão monocrática proferida, o que não é o caso.

2. Ainda que superado tal óbice, constato que a presente impetração tem como causa de pedir possível violação aos princípios do devido processo legal, do juiz natural e da *perpetuatio jurisdictionis*, buscando impedir que os pacientes sejam processados por juízo absolutamente incompetente, a gerar nulidade absoluta do processo.

3. Observo que a questão de mérito diz respeito ao Provimento nº 275, de 11 de outubro de 2005, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, que determinou a redistribuição à 3ª Vara Federal de Campo Grande de todos os feitos em andamento em qualquer das Varas Federais da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul que tratem dos crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, incluindo, desse modo, à ação penal que deu origem ao presente *habeas corpus*.

Transcrevo o teor do Provimento nº 275 que interessa ao presente julgamento (fls. 169-170):

HC 94.146 / MS

“A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, ad referendum, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966;

CONSIDERANDO a conveniência da especialização de órgãos judiciais na persecução criminal dos crimes previstos nas Leis nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e nº 9.613, de 03 de março de 1998;

CONSIDERANDO o estabelecido na Resolução nº 314, de 12 de maio de 2003, do Conselho da Justiça Federal;

CONSIDERANDO os termos do Provimento nº 238, de 27 de agosto de 2007, deste Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º Especializar a 3ª Vara Federal de Campo Grande, integrante da 1ª Subseção da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, atribuindo-lhe competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

(...).

Art. 5º Serão processados e julgados perante as varas federais referidas nos artigos 1º e 3º os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, qualquer que seja o meio ou modo de execução, e seus incidentes relativos a seqüestro e apreensão de bens, direitos ou valores, pedidos de restituição de coisas apreendidas, busca e apreensão, hipoteca legal e quaisquer outras medidas assecuratórias, bem como todas as medidas relacionadas com a repressão penal, incluídas medidas cautelares antecipatórias ou preparatórias.

§ 1º A 3ª Vara Federal de Campo Grande é considerada juízo criminal especializado em razão da matéria e terá competência jurisdicional em toda a área territorial da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul.

HC 94.146 / MS

Art. 7º Determinar a redistribuição:

I – à 3ª Vara Federal de Campo Grande de todos os feitos em andamento em qualquer das Varas Federais da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul que tratem dos crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, observando-se as cautelas de sigilo, a ampla defesa e o devido processo legal;”

4. Conforme previsto no art. 96, I, *a*, da Constituição Federal de 1988, aos tribunais competem privativamente, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispor sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos (CF, art. 96, *a*).

5. Não há, portanto, que se falar em violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, do juiz natural e da *perpetuatio jurisdictionis*, visto que a leitura interpretativa do art. 96, I, *a*, da Constituição Federal, admite que haja alteração da competência dos órgãos do Poder Judiciário por deliberação dos tribunais.

No caso ora examinado houve simples alteração promovida administrativamente, constitucionalmente admitida, visando a uma melhor prestação da tutela jurisdicional, de natureza especializada da 3ª Vara Federal de Campo Grande, por intermédio da edição do Provimento 275 do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

6. Registro, oportunamente, que a presente matéria já foi objeto de apreciação pela Colenda 1ª Turma desta Corte nos autos do HC 91.253, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 14.11.2007, assim ementado:

“HABEAS CORPUS. PENAL. PROVIMENTO 275 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO. ILEGALIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. INOCORRÊNCIA. PREMISSA EQUIVOCADA QUANTO À IMPUTAÇÃO FEITA AOS PACIENTES. OFENSA AO DEVER DE

HC 94.146 / MS

FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONCRETIZADA. ORDEM DENEGADA.

I - O provimento apontado como inconstitucional especializou vara federal já criada, nos exatos limites da atribuição que a Carta Magna confere aos Tribunais.

II - A remessa para vara especializada fundada em conexão não viola o princípio do juiz natural.

III - Decisão que, indeferindo liminar, não se mostra abusiva, ilegal ou teratológica, incidindo, na espécie, a Súmula 691 do STF.

IV - Writ não conhecido.”

Desta maneira, destaco a fundamentação constante do voto do eminente relator, Min. Ricardo Lewandowski, proferido nos seguintes termos:

“(…).

Examinada a questão, embora ainda de modo perfunctório, verifico que a Constituição Federal reza que compete ao Judiciário, privativamente, “eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos” (CF, art. 96, a).

Não fosse isso, a Lei 5.010/66 prevê que nas “Seções Judiciárias em que houver mais de uma Vara, poderá o Conselho da Justiça Federal fixar-lhes sede em cidade diversa da Capital, especializar Varas e atribuir competência por natureza de feitos a determinados Juizes” (art. 12).

Trata-se precisamente da hipótese sob exame. O Provimento 275 em questão não cria novas varas, nem altera a organização ou a divisão judiciária. Simplesmente especializou determinada vara para o processamento e julgamento dos delitos praticados em detrimento do sistema financeiro nacional, bem como os de lavagem de capitais.

HC 94.146 / MS

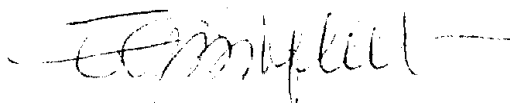
(…).”

7. Nesse sentido, também registro que o Pleno do Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento ocorrido em 15.05.2008, no HC 88.660/CE, rel. Min. Carmen Lúcia, afirmou que o Poder Judiciário tem competência para dispor sobre especialização de varas, porque é matéria que se insere no âmbito da organização judiciária dos Tribunais. O tema referente à organização judiciária não se encontra restrito ao campo de incidência exclusiva da lei, eis que depende da integração dos critérios preestabelecidos na Constituição, nas leis e nos regimentos internos dos tribunais.

Na ocasião, ficou assentado que a mera especialização de vara federal para julgamento de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, por meio de resolução, não ofende o princípio do juiz natural e não transgride o postulado da reserva de lei (*Informativo nº 506*, Brasília, 21 de maio de 2008, p. 1-2).

8. Ante o exposto, não conheço a ordem de *habeas corpus*.

É como voto.



SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 94.146-0**

PROCED. : MATO GROSSO DO SUL

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

PACTE.(S) : AURÉLIO ROCHA

PACTE.(S) : NILTON FERNANDO ROCHA

PACTE.(S) : NILTON ROCHA FILHO

IMPTE.(S) : JOSÉ ROBERTO BATÓCHIO E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 58346 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, à unanimidade, não conheceu do *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidiu, este julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. **2ª Turma**, 21.10.2008.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso e Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello (Presidente) e Eros Grau.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco Adalberto Nóbrega.

p/Luiz Tomimatsu
Secretário